



Número: **0600444-33.2020.6.16.0000**

Classe: **TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **05/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Liminar, Pesquisa Eleitoral - Registro de Pesquisa Eleitoral**

Objeto do processo: **Ação de Tutela Cautelar em Caráter Antecedente interposta por Opinião Pesquisa e Assessoria Eireli, em face de Movimento Democrático Brasileiro - MDB (Diretório Municipal de Curitiba/PR), para atribuir efeito suspensivo ao recurso eleitoral interposto da sentença proferida nos autos de Representação nº 0600137-76.2020.6.16.0001, que julgou procedente os pedidos deduzidos na inicial para o fim de, confirmando a liminar que determinou a suspensão da divulgação da pesquisa, deferida na data 02/10/20, reconheceu a ilegalidade da pesquisa nº PR-01394/2020, realizada pela empresa Opinião Pesquisa E Assessoria, entre os dias 27/09/2020 e 29/09/2020: a) declarar sua nulidade; b) indeferir o respectivo registro; e, por fim, c) determinar que a empresa impugnada se abstenha de divulgá-la, pena de multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por dia; Representação ajuizada pelo requerido impugnando a pesquisa realizada pela Opinião Pesquisa e Assessoria Ltda., registrada sob o nº PR-01394/2020, referente ao pleito a Prefeito de Curitiba do ano corrente, sob os fundamentos de desatendimento às normativas de regência no que se refere à delimitação da área em que realizada a pesquisa, de não ponderação das demografias para a confecção da pesquisa, de indicação equívoca de nome de candidato, de irregularidades quanto disco utilizado para a aplicação do questionário e pela ausência de sistemas de verificação, controle e contagem dos dados levantados. (Requer: a concessão da liminar com o fim de atribuir efeito suspensivo ao recurso inominado eleitoral interposto na impugnação de pesquisa nº 0600137-76.2020.6.16.0001, com consequente suspensão imediata dos efeitos da sentença, em especial a abstenção de fazer veicular os resultados da pesquisa; o deferimento de eventual juntada de novos documentos que se fizerem necessários por parte dos Requerentes, bem como seja oportunizada eventual emenda à inicial, cuja pertinência seja verificada de plano; no fim, a confirmação da liminar concedida, com a procedência da presente ação cautelar; Ref. MSCiv nº 0600439-11.2020.6.16.0000; MSCiv 0600443-48.2020.6.16.0000).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
OPINIAO PESQUISA E ASSESSORIA EIRELI (REQUERENTE)	MARCELA BIANCHINI BUENO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) LEYNER LUIZ GIOSTRI CASCAO DE ALBUQUERQUE LIMA (ADVOGADO) ANDREA SABBAGA DE MELO (ADVOGADO) JULIANA BERTHOLDI (ADVOGADO) BEATRIZ DEMETRIO BRELAZ (ADVOGADO)
MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO ORGAO DEFINITIVO CURITIBA - PR - MUNICIPAL (REQUERIDO)	LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE (ADVOGADO) LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO (ADVOGADO)
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
26616 616	01/03/2021 15:50	Despacho	Despacho

Autos de TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134) nº 0600444-33.2020.6.16.0000

REQUERENTE: OPINIAO PESQUISA E ASSESSORIA EIRELI

Advogados do(a) **REQUERENTE:** MARCELA BIANCHINI BUENO DE OLIVEIRA - PR0104568, LEYNER LUIZ GIOSTRI CASCAO DE ALBUQUERQUE LIMA - PR0082680, ANDREA SABBAGA DE MELO - PR0026678, JULIANA BERTHOLDI - PR0075052, BEATRIZ DEMETRIO BRELAZ - PR0104673

REQUERIDO: MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO ORGAO DEFINITIVO CURITIBA - PR - MUNICIPAL

Advogados do(a) **REQUERIDO:** LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE - PR0035267A, LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO - PR0027936

RELATOR: THIAGO PAIVA DOS SANTOS

DESPACHO

Trata-se de petição firmada pela advogada Marcela Bianchini Bueno de Oliveira informando sua renúncia aos poderes que lhe foram conferidos por Opinião Pesquisa e Assessoria EIRELI, mantidos os demais causídicos que a representam.

Quanto ao tema, dispõe o artigo 112, § 2º, do CPC:

Art. 112. O advogado poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo, provando, na forma prevista neste Código, que comunicou a renúncia ao mandante, a fim de que este nomeie s u c e s s o r .

§ 1º Durante os 10 (dez) dias seguintes, o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo.

§ 2º Dispensa-se a comunicação referida no caput quando a procuração tiver sido outorgada a vários advogados e a parte continuar representada por outro, apesar da renúncia.

Portanto, havendo outros advogados patrocinando a requerente Opinião Pesquisa e Assessoria EIRELI, HOMOLOGO a renúncia de poderes conferidos à peticionante, na forma do dispositivo mencionado.

Intime-se.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2021.

THIAGO PAIVA DOS SANTOS

Relator

